

UNIFAE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO

**EVOLUÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA DO
CONCEITO DE PRODUTIVIDADE**

GILBERTO BRANDÃO MARCON

SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP

RESUMO

Este artigo propõe um estudo histórico e teórico do conceito de produtividade, tendo como linha condutora o surgimento das três ciências humanas aplicadas: Contabilidade, Economia e Administração, em relação à sua interação com o referido conceito, objetivando evidenciar a sua evolução no transcorrer do tempo, indicando seus aspectos específicos e gerais, assim como os fatores que influenciam na gestão, que tem por objetivo a sua expansão.

PALAVRAS-CHAVE: Fator Capital, Fator Trabalho, Gestão, Motivação, Produtividade, Tecnologia.

ABSTRACT

This article considers a historical and theoretical study of the productivity concept, having as conducting line the sprouting of the three applied humanities: Accounting, Economy and Administration, in relation to its interaction with the related concept, objectifying to evidence its evolution in passing of the time, being indicated its specific and general aspects, as well as the factors that influence in the management, that has for objective its expansion.

KEYWORDS:Factor Capital, Factor Work, Management, Motivation, Productivity, Technology

INTRODUÇÃO

Atualmente o conceito de produtividade já é algo de uso corriqueiro no cotidiano dos vários segmentos econômicos das sociedades contemporâneas. O seu conceito hoje já não se restringe à especificidade da comparação do quociente ‘custo-benefício’, em especial em seu aspecto numérico-quantitativo. Esta visão é refém de uma abordagem parcial, enquanto que no presente a percepção toma rumo à vertente sistêmica, portanto mais amplo, com o envolvimento de um maior número de variáveis.

O conceito de produtividade atual está diretamente relacionado à evolução pós-Revolução Industrial. Para se ter ideia de uma visão diferenciada, podem ser citados os fisiocratas franceses, a título de exemplo:

Para os fisiocratas a verdadeira riqueza das nações estava na agricultura. [...] Só a terra tinha capacidade de multiplicar a riqueza. Um grão de milho germina, cresce e produz espigas com centenas de grãos. Só a natureza é capaz do milagre da criação. A indústria, raciocinavam os fisiocratas, não cria. Apenas transforma insumos em produtos. (ARAUJO, 1999, pp.21/22)

Na evolução deste conceito o trabalho associado, em especial a abordagem de Adam Smith sobre o evento da Revolução Industrial, substituirá a natureza como elemento-chave na questão da produtividade. Hallgren & Messias citam, em artigo direcionado ao tema, como uma definição de produtividade a proposta pelo *Japan Productivity Center for Social - Economics Development*:

Produtividade é minimizar, cientificamente, o uso de recursos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos, etc., para reduzir custos de produção, expandir mercados, aumentar o número de empregados, lutar por aumentos reais de salários e pela melhoria do padrão de vida, no interesse comum do capital, do trabalho e dos consumidores. (HALLGREN & MESSIAS)

No plano prático, quanto à abordagem do conceito na atualidade, em especial quando se avalia o Brasil, hoje se tem o seguinte: “A maioria das grandes e médias empresas brasileira já se convenceu da importância, e de como proceder, para avaliar sua produtividade [...] aquelas que já têm o pleno conhecimento da abrangência do conceito de produtividade são as que, de certa forma, fazem "a diferença", deixando perplexos seus concorrentes”. (HALLGREN & MESSIAS)

O objetivo deste trabalho é um estudo teórico, utilizando-se do método bibliográfico voltado a uma visão histórica associada às condicionantes teóricas que contribuíram para evolução do conceito de produtividade, que por seu lado se entende que estiveram ligadas à consolidação de ao menos três áreas específicas do conhecimento.

No primeiro caso, a Contabilidade de modo geral e indireto.

Num segundo e terceiro casos, onde o estudo da produtividade atua de modo específico e direto, para as respectivas fundações dos saberes em Economia e Administração, sendo que neste último caso cabe destacar o papel do saber em Engenharia, em especial a Mecânica, nesta questão ligada ao segmento de Produção.

Esta opção de estudo foi feita a partir da percepção da leitura analítica, porém reflexiva, que concluiu que este conceito está diretamente ligado a um determinado momento histórico, que pode ser identificado como a Revolução Industrial, para o qual se pretende utilizar uma abordagem mais ampla, tal como a proposta pelo historiador Eric J. Hobsbawn:

A Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração do crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela. Os primeiros observadores, que concentraram sua atenção nos meios de produção qualitativamente novos – as máquinas, o sistema fabril e tudo o mais – tiveram instinto certo, mas por vezes seguiram-no cegamente demais. (HOBSBAWN, 1979. p.33)

É claro que não se trata de dizer que este conceito surgiu apenas a partir deste evento. Na prática ele existe desde os primeiros dias da humanidade, e mesmo por critérios puramente qualitativos e observacionais. É possível concluí-lo como em evolução à medida que o ser humano, através de seu livre arbítrio em interação com o meio, adquiriu uma capacidade cada vez maior, seja no plano do conhecimento, seja no plano técnico de controle sobre a natureza, o que resultou em produzir cada vez mais.

Porém, o objeto aqui em estudo, ainda que aceite a amplitude atual do conceito, pretende delimitar o estudo histórico em torno dos seus primórdios, onde prevaleciam os aspectos quantitativos e sua utilização se fazia, antes, como variável preponderante, legando a outros fatores os aspectos secundários.

Assim, num primeiro momento, visando critérios do método científico, entende-se que na origem o conceito era antes de cunho quantitativo, o que permitiu transformar a palavra, um substantivo abstrato, em algo passível de manipulação técnica, ou seja, medida capaz de avaliar e determinar aspectos qualitativos. Complementando esta especulação identificam-se a

interferência e influência da produtividade na produção nos planos micro e macroeconômicos, via atuação da gestão dos recursos do trabalho e do capital.

Não se pretende desprezar a importância de atuar sobre a redução do custo de produção, afinal este é um dos fatores que influenciam diretamente a competitividade de uma empresa, mas não se pode esquecer outros aspectos como “a racionalização e otimização de todas as atividades que não agregam valor aos produtos [...]. Eliminá-las significa minimizar os custos e, conseqüentemente, aumentar a produtividade, tornando a empresa mais competitiva” (ALENCAR). Entretanto, cabe tomar cuidado para não avaliar a questão de modo isolado, mas sim dentro de um conjunto mais amplo de variáveis.

Cabe se ter uma visão mais ampla sabendo que, ao se buscar a produtividade, devemos observá-la integrando a organização, seja via interações dos seus setores internos, seja na sua relação com o meio. O conclusivo é que a questão não pode e não deve ser tratada como se a produtividade fosse uma variável isolada. O SEBRAE-SP, através de artigo de seus consultores, sugere que existe “grande importância de trabalhar conhecendo e interagindo efetivamente com sua produtividade, explorando os recursos propiciados por ela para a tomada consciente, e consistente, de decisões gerenciais e estratégicas”. (HALLGREN & MESSIAS)

Ao observar a produtividade é importante detectarmos dois aspectos claros que a compõem: o técnico e o organizacional. Quanto ao primeiro, associado à tecnologia, é campo que evoluiu de forma intensa a partir da Idade Moderna, impulsionada pela evolução das ciências, em especial das chamadas Ciências Exatas que promovem a sustentabilidade do segmento identificado pelas formações educacionais das engenharias nos seus diversos campos.

Já quanto ao outro aspecto, atendem os segmentos do saber das ciências humanas, em especial as denominadas Ciências Humanas Aplicadas, capitaneadas pela Contabilidade, Economia (política) e Administração. No que tange o desenvolvimento da proposta deste trabalho se estará observando a evolução do conceito de produtividade em torno do segmento de Humanas Aplicadas.

Neste sentido, o primeiro passo dentro da construção de um saber científico que serviu de alicerce para um futuro conceito de produtividade foi se estabelecer um método de mensuração da riqueza. Aqui não se utilizou do termo produção, mas ‘riqueza’, por conta do método em questão se tratar do Método das Partidas Dobradas, pedra basilar do conhecimento na área da Ciência Contábil, que por seu lado surgiu num contexto que a área de História define como mercantilismo, onde a visão de riqueza estava vinculada à percepção metalista,

associada, por seu lado, à atividade comercial que se expandiu intensamente a partir do Renascimento, onde foi de crucial destaque a descoberta das novas rotas marítimas, iniciando um primitivo processo de globalização.

Neste período, a idéia de riqueza de uma nação estava associada à quantidade de metal precioso que se conseguia acumular em reservas, e não na capacidade produtiva, concepção somente surgida a partir da fundação da Ciência Econômica por Adam Smith. Quase três séculos depois, um dos principais pontos da teorização deste autor é identificar “que fatores são responsáveis pela riqueza das nações e como se dá o crescimento econômico” (ARAUJO,2006.p.29), assim Carlos Araújo esclarece a respeito:

A causa da riqueza das nações é o trabalho humano. [...] O fator decisivo é a divisão social do trabalho. Smith abre A Riqueza das Nações com uma verdadeira apologia à divisão do trabalho. [...] resulta da tendência inata do homem para a troca e traz consigo uma série de consequências positivas, como aumento da destreza pessoal, economia de tempo e condições mais favoráveis para que os trabalhadores inventem ou aperfeiçoem máquinas e instrumentos que lhes poupem o esforço. Ao tentar ilustrar sua tese, ele recorre a um exemplo que se tornou clássico na literatura econômica, a fabricação de alfinetes. [...] A produtividade decorre da divisão do trabalho [...]. (ARAUJO, 2006. p. 29/30)

Pouco mais de um século depois dos estudos de Adam Smith na principal obra, A Riqueza das Nações (1776), onde se inaugurou a Economia como segmento do conhecimento específico, Frederick Winslow Taylor, após estudos empíricos realizados no último quarto do século XIX, empregará a metodologia científica visando transformar a arte de administrar na ciência de administrar, fazendo da Administração também área específica de produção de conhecimento científico. Assim esclarece Paulo Roberto Raymundo:

A chamada Administração científica, idealizada pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Um século antes de Taylor, Adam Smith, no seu Riqueza das Nações, havia demonstrado no exemplo de uma fábrica de alfinetes com a fragmentação de um processo de fabricação em microetapas atribuídas a diferentes trabalhadores poderia multiplicar o resultado desse processo. Taylor radicalizou esse princípio até as últimas consequências. Para ele, tudo era uma questão de tornar perfeita a execução de cada tarefa. As condições para isso incluiriam desde a absoluta separação das fases de planejamento, concepção e direção das tarefas de execução até o emprego de um determinado tipo de operário [...].(RAYMUNDO, 2000, p.17/18)

Neste momento a evolução da produtividade está ligada à busca de eficiência como objetivo maior. Entretanto, ao longo do século XX uma nova concepção mais ampla haverá

de preponderar: a de eficácia. Trata-se de uma contribuição da Escola Neoclássica, de Peter Drucker, à TGA. Raymundo assim esclarece:

A visão desses dois conceitos talvez tenha sido a maior contribuição dos neoclássicos. Consiste em definir a eficiência como capacidade da realização de uma tarefa, porém sob o questionamento da importância da realização dessa tarefa. [...] O que importa é o que se quer atingir, o resultado esperado. Mais importante que fazer as coisas corretamente é realizar as coisas essenciais ao cumprimento dos objetivos. (RAYMUNDO, 2000, p.17/18)

O conceito de produtividade nasceu no seio da produção, no momento atual “contempla todas as suas áreas e ainda mais, necessita ser analisada e comparada à luz do meio em que a mesma está inserida. Ela envolve áreas como: finanças, pessoal, compras, vendas, apoio, etc., e, também, produção” (HALLGREN & MESSIAS).

É neste sentido que se pode afirmar que é importante dominar os aspectos teóricos visando as melhores práticas de produtividade dentro de um contexto onde se tenha claros objetivo. Portanto, hoje é de “grande importância trabalhar conhecendo e interagindo efetivamente com sua produtividade, explorando os recursos propiciados por ela para a tomada consciente, e consistente, de decisões gerenciais e estratégicas” (HALLGREN & MESSIAS).

É importante também observar que a questão da produtividade ao longo do século XX, em especial a partir dos anos 30, passou a ser vista não apenas sob o aspecto da unidade empresarial, mas também no plano social, em especial a partir da evolução de teoria econômica de John M. Keynes, que além de identificar as variáveis macroeconômicas defendeu a necessidade da intervenção econômica da gestão pública em contraposição ao não intervencionismo anterior, como forma de atuar de modo anti-cíclico no capitalismo, visando buscar o equilíbrio entre os picos de expansão que levam à inflação, e os abismos da recessão que leva à depressão, a partir da manipulação do princípio da demanda efetiva.

As relações teóricas propostas por Keynes receberam, mais tarde, a contribuição de Richard Stone, que apresentou significativo trabalho no plano da contabilidade nacional, portanto, dos agregados, que dava as variáveis teóricas à quantificação, e instrumento metodológico para que o fluxo dedutivo da teoria fosse mensurado no plano prático, trazendo ao gestor público importante ferramenta de controle na administração pública.

1-A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PRODUTIVIDADE

1.1-A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE E MERCANTILISMO

Conforme observado na introdução, o passo primeiro para se pensar em produtividade é a contabilização dos custos de uma organização. Assim, é o desenvolvimento desta ciência que permitirá, no futuro, gerir os aspectos da produtividade. A pedra fundamental da Contabilidade está vinculada ao italiano frei Luca Paccioli. A este respeito esclarece Clóvis L. Padoveze:

Em 1494, na Itália, foi publicado o ‘Tractatus de Computis et Scripturis’ [...] . Seu autor, o frei Luca Paccioli, matemático, teólogo e contabilista, é considerado o “pai” da ciência contábil e citado comumente como fundador da contabilidade. A grande inovação da obra de Paccioli foi a introdução do método de escrituração contábil denominado método das partidas dobradas. Sabe-se, contudo, que não foi ele o “inventor” do método, o frei apenas descreveu uma metodologia, já em uso na Itália pelo menos desde o século anterior. A grande importância da obra de Paccioli está, na verdade, em reconhecer esse método como ideal para a escrituração, além de que em sua obra há toda uma preocupação em sistematizar os conceitos e o instrumental contábil para registro e controle de um patrimônio. (PADOVEZE, 2006, p.48)

Neste período os registros estão associado à atividade comercial¹ que se expande intensamente, daí alguns autores denominarem o mercantilismo como um tipo de capitalismo comercial, ou seja, em torno da atividade da qual se dá acumulação de riqueza. Ela antecede a fase do capitalismo industrial, tanto é assim que os autores marxistas preferem denominar o período de pré-capitalista, caracterizado pela acumulação primitiva, que permitiu no momento subsequente que os recursos concentrados na atividade comercial fossem historicamente migrando para a atividade produtiva. A autora Maura Montella assim identifica esta questão:

O capitalismo mercantil, por seu turno, é o capital proveniente da diferença entre o preço de compra e o preço de venda dos produtos. A bem da verdade, o capital mercantil (ou comercial) custou a ser reconhecido como integrante da história do capitalismo. Isto porque o capital mercantil sempre esteve associado à esfera da circulação de mercadorias, e, portanto, à margem do processo de produção. Para Marx, o mercador era apenas o “homem que ‘removia’ os artigos produzidos pelas guildas ou pelos camponeses”, para ganhar com as diferenças de preços entre diversas zonas produtoras. (MONTELLA, 2006, p.51)

¹ Tratava-se do denominado comércio de especiarias, que se tratavam de mercadorias, que não eram típicas da Europa, a princípio, o renascimento comercial se deu em torno do Mar Mediterrâneo, com o monopólio das cidades estados italianas sobre o fluxo comercial mediterrâneo, posteriormente, se deslocou para a liderança das potências ibéricas, Portugal e Espanha, que na busca do novo caminho para Índias acabaram por inaugurar as rotas do Atlântico, Pacífico e Índico, instaurando a exploração colonial em torno da qual se expandiu o comércio internacional, ao qual posteriormente se reuniram Holanda, França e Inglaterra, integrados pelo conjunto de práticas econômicas denominado de mercantilismo.

O mercantilismo² se baseava na escassez de mercadorias, na vantagem de comprar barato e vender mais caro, lembrando que o conceito de ‘escassez’ deve ser observado de modo dinâmico em torno das condições de oferta e demanda. Neste momento histórico existem restrições em torno da oferta, tais como o deslocamento da produção e o reduzido mercado.

Condição essencial para melhoria deste quadro esteve associada à evolução do transporte de mercadorias ligada à descoberta das rotas atlânticas, que impactou numa redução de preços, o que criou maior acessibilidade de produtos aos consumidores, o que, por seu lado, impactou sobre a demanda, refletindo por fim em estímulo à atividade produtiva. Por esta razão passou a haver uma interferência crescente dos mercadores na produção, então de cunho artesanal, justamente se buscando maior produtividade, definindo uma tendência de transferência da atividade de acumulação da atividade comercial para a industrial.

Ou seja, a contraposição escassez e aumento de produtividade que gera abundância de oferta interagem com condições históricas específicas, afinal numa economia de mercado a primeira beneficia o ofertante, enquanto a segunda, o consumidor, por conta do seu evidente reflexo sobre os preços das mercadorias e serviços, em especial nos primórdios do capitalismo industrial dominado pela livre concorrência.

Por fim, ainda quanto à necessidade da evolução dos métodos de registros, é importante perceber a ascensão de um novo tipo de propriedade em contraposição ao período anterior, o denominado de feudalismo. Neste prevalecia a riqueza associada no plano individual na propriedade da terra, concentrada na posse da classe dominante da nobreza. A nova dinâmica com a retomada da expansão dos mercados e ressurgimento das cidades deslocará o poder cada vez mais para a mão dos possuidores de dinheiro³, primeiro para os comerciantes, depois os industriais, o que implicou a crescente necessidade de quantificação dos numerários que impulsionou o método de contabilizar. A auto-suficiência feudal será substituída por uma sociedade de mercado que visa à produção de excedentes. É na busca desta produção cada vez maior, impulsionada pela atividade comercial, que se instaura na

² Os principais traços comuns a toda política mercantilista foram: o metalismo, a balança comercial favorável, o protecionismo alfandegário, a intervenção do Estado na ordem econômica, o monopólio e o colonialismo. (Reinaldo Dias & Waldemar Rodrigues, Comércio Exterior, Teoria e Gestão, p.30) [...] O mercantilismo estabeleceu as bases de funcionamento da relacionamento entre nações num período de formação do Estado nacional. (Idem, p.64)

³ Nos primórdios do feudalismo, a terra, sozinha, constituía a medida de riqueza do homem. Com a expansão do comércio, surgiu um novo tipo de riqueza – a riqueza em dinheiro. No início da era feudal, o dinheiro era inativo, fixo, móvel; agora tornara-se ativo, vivo, fluido. [...] Agora, um novo grupo surgia – a classe média, vivendo de uma forma nova, da compra e da venda. [...] No período feudal, a posse da terra, [era] a única fonte de riqueza [...]. Agora, a posse do dinheiro, um nova fonte de riqueza [...]. (HUBERMAN, 1981, 44).

prática a meta da expansão da produção, o que haverá de trazer no seu estofo a evolução do conceito de produtividade.

1.2-A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA E A 1ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Foi justamente no livro com o qual se inaugurou a Ciência Econômica que ficou claro que a produtividade passava a ser objeto de estudo. Em *A Riqueza das Nações*, do escocês Adam Smith, ele fez a crítica aos preceitos mercantilistas de que a riqueza seria sinônimo de acumulação metálica (metalismo). Defendeu que está associada à capacidade de produção de uma nação. Mais do que isto, surge nesta obra as bases de uma nova doutrina que visava explicar e fundamentar teoricamente as práticas econômicas: o liberalismo econômico.

Os precursores de Smith, os fisiocratas franceses, já haviam apresentado uma teoria da produtividade, porém associada à produção agrícola, e inoculavam em tais preceitos resquícios da importância da propriedade da terra na ordem feudal. Smith, inovador, desenvolve a teoria da produtividade em torno do trabalho, algo bem mais ajustado à revolução industrial que se processava naquele momento histórico.

De modo ideal, o principal preceito teórico do liberalismo econômico será a defesa da ausência de intervenção estatal na atividade econômica de um país. Ou seja:

Isto representa a aceitação do comércio totalmente livre, sem tabelamento de preços ou barreiras alfandegárias, em que são encontradas empresas atuando segundo o regime da livre concorrência em nível global, em que os preços se formam em função das características do próprio mercado, como uma relação entre oferta de produtos, demanda de consumidores e eficiência das próprias empresas. (DIAS & RODRIGUES, 2004, p.73)

Em termos práticos, isto decorreu da mudança da atividade condutora da acumulação capitalista. No período mercantil, o comércio tinha na intervenção do Estado absolutista um parceiro que lhe garantia vantagens, mesmo que relacionadas a grupos específicos em detrimento de outros, ou seja, se tratava de obter a maior diferença possível entre compra e venda, baseava-se antes no lucro por unidade.

Quando à acumulação, passou a se fazer preponderantemente em torno da atividade produtiva industrial, modificaram-se os interesses. Assim, uma concepção de livre concorrência substituiu a de intervenção econômica. A vantagem devia ser buscada e obtida através da melhor oferta, o que implica inclusive a concorrência de preço, seja dos bens finais, seja dos intermediários, o que por seu lado impulsiona a redução de custo, o que implica uma contínua busca de maior produtividade que na prática significa produzir cada vez mais por

unidade de salário gasto com trabalho humano. É o momento onde a produtividade passa a integrar o processo econômico com um crescente papel fundamental.

Cabe destacar que a característica fundamental do liberalismo, o individualismo, associado à concepção de ordem natural, faz um paralelo entre a natureza e o mercado, e por consequência das leis da natureza com as leis de mercado, o que leva à valorização da concorrência na busca da sobrevivência. A ideia é que cada indivíduo no papel de produtor busca oferecer o melhor produto com o preço mais vantajoso para o ofertante para os indivíduos no papel de consumidores, que tentam adquirir o melhor possível pelo melhor preço. É a atividade industrial sobrepujando a atividade comercial.

O fundador da ciência econômica mostra que o princípio que propicia a expansão da produtividade é a organização social do trabalho, o que em certo sentido adverte aqueles que imaginam que acréscimo de produtividade está associado unicamente aos aspectos tecnológicos, ou seja, no fator produtivo ‘capital’. Assim, conforme observa o autor Paul Hugon em sua História das Doutrinas Econômicas:

Smith mostra ser a eficácia do trabalho, quanto ao rendimento, mais importante do que a quantidade de trabalho empregado. [...] A eficácia do trabalho nas nações progressivas provém essencialmente da divisão do trabalho; [...] A teoria de produtividade do trabalho de Smith é, portanto, um hino de glória à divisão do trabalho. Mais do que nunca, devemos inclinar-nos com reflexão e carinho sobre esta grande característica da produção moderna, a qual, não obstante, nos passa muitas vezes despercebida de tão familiar que se tornou. (HUGON, 1980, pp.104/105)

Smith vai além, atua não só no plano econômico, mas também no ideológico, transforma o conceito de divisão social do trabalho, típica da sociedade de mercado, em fator de pacificação, como se esta fosse uma espécie de fator que levasse o ser humano a uma atitude pacifista⁴. No que tange os resultados possíveis através do incremento da produtividade se tem que:

O trabalho de Adam Smith se fundamenta na noção de liberdade individual e possibilidade de obtenção e maximização de lucro através de questões humanas e sociais do trabalho, como a sua maior eficácia através de sistematização das atividades relacionadas a ele - a divisão do trabalho nas sociedades mais desenvolvidas. Assim, a maior ou menor sistematização das tarefas ligadas à produção de bens e mercadorias determina o grau de

⁴ Quando se destaca que se trata de preceito ideológico, se trata de crítica no sentido de que a divisão do trabalho, embora produza a vinculação dos indivíduos em ação coletiva, não garante a distribuição da renda produzida, o que hoje implica nas negociações de cláusulas de dissídios coletivos, onde se pactua a distribuição de parte dos ganhos de produtividade. Assim Hugon esclarece sobre Smith: “mas essa teoria da produtividade do trabalho, além de hino à divisão do trabalho, é um canto de louvor entoado e à eficácia do interesse privado”. (HUGON, 1980, p.105)

eficácia com que esta é desenvolvida e, conseqüentemente, o nível de lucro dos indivíduos (DIAS & RODRIGUES, 2001, pp. 84/85).

De modo conclusivo temos que: “através da divisão do trabalho e seu efeito sobre a produtividade do sistema de produção, [...] toda a sociedade se torna beneficiária do maior grau em que a indústria aumenta a divisão do trabalho” (DIAS & RODRIGUES, 2001, p. 85). Smith, em sua obra, inclusive, produz um exemplo didático de como se expressa a evolução da produtividade:

Em páginas que se celebrizaram cita como exemplo dessa superioridade do trabalho dividido a fabricação de alfinetes. Observa ser possível produzirem, facilmente, dez operários, por entre os quais estejam divididas as diferentes tarefas de fabricação de um alfinete, 48000 alfinetes por dia, enquanto, tendo um operário de realizar a todas as operações sozinho, por hábil que fosse, talvez, um alfinete por dia (HUGON, 1980, p. 104).

Ao mostrar a questão da produtividade diretamente vinculada ao trabalho, objetiva-se abordar o conceito de modo a divergir do lugar comum que a liga exclusivamente à evolução tecnológica⁵. Porém, não se almeja desvinculá-la da efetiva participação do aspecto tecnológico. De fato o que se objetiva é, ao fim deste artigo, deixar proposta a ideia da interação dos fatores capital e trabalho na evolução dos níveis de produtividade. No caso de Smith, a sua visão atrelada ao fator trabalho se mostra a mais adequada ao momento histórico⁶ em torno do qual ele desenvolveu a teoria econômica. Trata-se da Revolução Industrial, que por seu lado não deve ser tratada como um fenômeno único, mas associado com duas etapas diferenciadas, que se caracterizam claramente por momentos distintos.

⁵ O historiador Edgar de Decca crítico desta visão, assim se expressa: “Para este pensamento movido pela crença do poder criador do trabalho, a presença da máquina definiu de um vez por todas a fábrica como o lugar de superação das barreiras da própria condição humana. [...] Essa imagem cristalizada já no pensamento já no pensamento dos homens do século, apagou todo o percurso sinuoso da organização do trabalho da época Moderna, ao reduzir definitivamente a fábrica a um acontecimento tecnológico. [...] A reflexão que agora propomos visa ultrapassar a imagem cristalizada que o pensamento do século XIX produziu sobre a fábrica, reduzindo-a a um acontecimento tecnológico. (DE DECCA, 1982, pp.9/10).

⁶ Para não se ter dúvida quanto ao período que se refere a o obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, uma informação quanto ao ano de sua publicação 1776, o que evidentemente significa uma observação anterior. A informação se refere a tecnologia do vapor em torno da qual se fez a evolução tecnológica da Revolução Industrial, levando a sua segunda etapa. Leo Huberman informa que: “Os jornais de 150 anos atrás não tinham secções de ‘O Impossível Acontece’, com história de acontecimentos incríveis. Se tivessem, a *Birmingham Gazette*, de 11 de março de 1776, teria sabido imediatamente onde colocar esta surpreendente notícia: “Na última sexta feira, uma máquina a vapor construída segundo os novos princípios do Sr. Watt foi posta em funcionamento [...] . Em 1800 a ‘importância e utilidade da invenção’ do Sr. Watt se havia tornado tão evidente aos ingleses que ela estava em uso em 30 minas de carvão, 22 minas de cobre, 28 fundições , 17 cervejarias e 8 usinas de algodão. (HUBERMAN, 1981, p.183)

No caso de Smith, sua obra se associa à primeira etapa da Revolução Industrial⁷. Este se refere a um período onde a produção era artesanal e autônoma, e depois passou a ser organizada num lugar comum, a fábrica. Neste primeiro momento o que existe é a concentração do trabalho na unidade produtiva, primeiramente de modo isolado com um único indivíduo dominando as várias etapas do processo produtivo. Ou seja, ainda um artesanato, mas concentrado num mesmo local, o que permitia maior controle do comerciante, intermediário, que comprava a produção artesanal para revendê-la.

O estágio histórico em que se processa a divisão em etapas, transformando o artesanato em manufatura, implicará a divisão da produção em etapas específicas. É antes a organização coletiva do trabalho do que a atuação da evolução tecnológica, que acompanhará a evolução do capitalismo, em parte possivelmente pelo desenvolvimento da ciência, que acabará se associando à contínua concentração de capital. Ou seja, destacados acréscimos de produtividade se dão na transição do artesanato para a manufatura, típica da primeira fase da Revolução Industrial, que haverá de evoluir para a maquinofatura, típica da segunda fase, associada à implementação contínua do uso de tecnologia, num quadro de crescente concentração de capital.

Quanto a esta fase, onde o artesanato é substituído pela manufatura, é esclarecedor Leo Huberman:

Nos anais da Câmara dos Comuns, relativos ao ano de 1806, o relatório da comissão nomeada para ‘examinar o estado da manufatura de lã na Inglaterra, afirma que ‘há algumas fábricas na vizinhança... Essas vêm sendo há algum tempo objeto de grande ciúme dos Tecelões Domésticos. Tem-se manifestado grande apreensão de que o sistema fabril venha a acabar gradualmente com o Doméstico; e que o pequeno Mestre Manufator independente, que trabalha por sua conta, venha a se tornar um jornaleiro, trabalhando por salário’. [...] Podemos ver facilmente por quê. O sistema fabril, com suas máquinas movidas a vapor e a divisão do trabalho, podia fabricar os produtos com muito mais rapidez e mais barato que os trabalhadores manuais (HUBERMAN, 1981, pp.177/178).

Este período é de transição, ao menos parcialmente, se integrado à primeira etapa da revolução industrial, que Maura Montella denomina de *fase concorrencial* que identifica com as seguintes características:

⁷ “A Primeira Revolução Industrial (1780/1840) foi uma profunda transformação econômica e social. O homem do campo e o antigo artesão, destituídos de qualquer coisa além de sua força de trabalho, passaram a vendê-la ao novo capitalista industrial. Além disso, os meios de produção e o próprio resultado dela não mais pertenciam ao antigo trabalhador autônomo e pequeno proprietário. A manufatura de algodão, típica dessa primeira fase, promovia a transformação dos métodos tradicionais, com a difusão de máquinas e a divisão do trabalho”. (FERREIRA; REIS; PEREIRA, 2002, p.14)

A *fase concorrencial* do capitalismo é aquela em que predominam o capital produtivo e as firmas-propriedade atuando em concorrência perfeita. A firma-propriedade era uma empresa gerenciada pelos próprios donos, geralmente uma família ou um pequeno grupo de sócios, presente em grande parte da indústria britânica do final do século XVIII. Restrita pelos seus limitados recursos gerenciais e financeiros, [...] costumava ter uma única planta, [...] especializada [...] tinha que recorrer ao mercado para obter insumos [...,e] distribuir a produção (MONTELLA, 2006, p.53).

A citada autora ainda completa suas observações apresentando quais foram as consequências deste estágio histórico-evolutivo:

Pelo seu perfil ‘atomizado’ (cada vendedor e cada comprador é tão pequeno em relação ao todo que mais parece um átomo), não demorou muito para os capitalistas perceberem: 1) que a livre concorrência diminuía os lucros; 2) que uma maior quantidade de capital concentrada nas mãos de um mesmo capitalista possibilitaria o aumento na escala de produção e a conseqüente eliminação da concorrência perfeita; e 3) que a centralização do capital – por atividade ou setor – criaria grandes capitalistas capazes de derrotar os menores, novamente eliminando a concorrência. (IDEM)

O fundamental na evolução desta fase será a união da contínua concentração de capital associada com a evolução da ciência moderna⁸ que virá a atuar diretamente sobre o aspecto tecnológico⁹. Autores como Geoffrey Barraclough destacam a questão da evolução tecnológica: “Seria difícil negar, contudo, que o fato primordial de diferenciação, separando a primeira idade da segunda, foi o impacto do progresso científico e tecnológico na sociedade, quer nacional, quer internacional” (BARRACLOUGH, 1976, p.45). É importante a ponderação de Hobsbawm de que:

O enigma está na relação entre a obtenção de lucro e a inovação tecnológica. Supõe-se com frequência que uma economia de iniciativa privada tende automaticamente para a inovação, mas isto é uma inverdade. Ela só tende ao lucro. Ela só revolucionará as atividades econômicas no caso de esperar maiores lucros, com a revolução do que sem ela. (HOBSBAWM, 1979, p. 39)

⁸ A ciência moderna não visa apenas à evolução do conhecimento, tem caráter utilitarista já expresso entre um dos principais nos seus primeiros dias, Francis Bacon (1561 – 1626), que segundo a autora Bernadette S. Abrão: “Essa cuidadosa investigação, porém, tem outro objetivo além do aprimoramento do conhecimento. A experiência para Bacon é, sobretudo, a possibilidade de utilizar as forças da natureza para proveito do homem. Assim, desvendar o modo como os fenômenos ocorrem significa conhecer as possibilidades de manipulá-los. Mais tarde, o desenvolvimento da ciência provaria que tinha fundamento uma famosa expressão de Bacon: ‘Saber é poder’.” (ABRÃO, 1999, p. 190).

⁹ Quanto à integração produção e ciência moderna: “A ciência ganhou ampla força com o projeto burguês, então revolucionário na Europa, e o cálculo racional passou a servir de base para as transações econômicas, com vistas à acumulação de riquezas. Da mesma forma que a razão teológica estava afinada com o relativo imobilismo da vida feudal, pode-se dizer que a razão científica, com seu espírito pragmático e instrumental, serviu ao projeto liberal revolucionário de configurar o mundo social segundo seu próprio interesse.”(BÊRNI, 2002, p.06)

O processo tecnológico está associado à tendência que o antecede que é a busca de oportunidades mais vantajosas de lucro, que é o que mobiliza o modo de produção capitalista, que por seu lado aciona o processo de acumulação de capital que interage com o tecnológico. Esta tendência será inicialmente identificada na história econômica por autores com uma abordagem crítica ao capitalismo, já que a visão clássica predominante, seguidora do liberalismo, pressupunha a concorrência perfeita.

Assim, será a linha de pensamento marxista que identificará a tendência à concentração de capital. Lenin¹⁰ propunha que a obra de Marx demonstrava que: “através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração de produção, a qual, atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio” (LENIN, 1982,p.20).

Nos dias de hoje esta é uma situação mais do que constatável, mesmo por autores favoráveis ao modo de produção capitalista. Afinal, se faz impossível negar que cartéis e trustes passaram a fazer parte do desenvolvimento histórico, como efeito produzido pela concentração de capital. Não se trata do acaso, mas de uma segunda fase do processo desencadeado com a primeira Revolução Industrial e ocorreu na última metade do século XIX. Alguns a denominam como a fase monopolista do capitalismo industrial. Outros, como a Segunda Revolução Industrial. Ambas as denominações cabem como explicativas; não são excludentes, pelo contrário, intimamente interativas. Maura Montella é esclarecedora quanto à questão:

A fase monopolista do capitalismo é aquela em que predominam o capital produtivo e os monopólios e oligopólios. *Monopólio* é a estrutura de mercado que se encontra no extremo oposto da concorrência perfeita e cuja principal característica é a existência de uma única firma vendendo um produto que não tenha substitutivos próximos. O oligopólio, por sua vez, é a situação de mercado em que existe um pequeno número de vendedores ou em que, apesar de existir um grande número de vendedores, uma pequena parcela destes domina a maior parte do mercado. (MONTELLA, 2006, pp.53/54)

¹⁰ “A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. Já não se trata da antiga livre concorrência entre empresários dispersos que não conheciam uns aos outros e que produziam para um mercado desconhecido”. (LENIN, 1982, p. 25)

Para reafirmar as características desta Segunda Fase da Revolução Industrial se recorre ao livro “Gestão Empresarial: De Taylor aos Nossos Dias”¹¹:

A revolução dos meios de produção não apoiava mais no pioneirismo do setor têxtil, mas na difusão de novas tecnologias e formas de organização, estimulada pela industrialização do setor de bens de capital. [...] A mecanização do trabalho passou a receber todas as atenções das organizações emergentes. Aprimoramentos mecânicos tecnológicos da produção resultam em maiores quantidades de menores custos, possibilitando reduzir os preços praticados e aumentar o mercado da organização (FERREIRA; REIS; PEREIRA, 2002, p.14).

É nesta fase histórica que, por conta do acirramento da concorrência, haverá a intensificação da busca do aumento de produtividade. É justamente dentro deste contexto que, por meio de Frederick Winslow Taylor, a Administração surgirá como área de estudo específico, no corpo dos estudos promovidos através do método científico.

1.2-A CONTRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - A 2ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Tais condições históricas propuseram como desafios a serem resolvidos a partir de dois problemas básicos, identificados pelo autor Chiavenato, de um lado: “o crescimento acelerado e desorganizado das empresas, ocasionando gradativa complexidade na sua administração e exigindo uma abordagem científica que substituísse o empirismo e a improvisação até então dominantes” (CHIAVENATO, 2001, p.54), enquanto por outro lado: “a necessidade de aumentar a eficiência e a competência das organizações, no intuito de se obter o melhor rendimento dos recursos e fazer face à concorrência e à competição entre as empresas”(IDEM).

É inserida neste momento histórico que “administração” passará a ser estruturada dentro das diretrizes do método científico, tendo à frente o engenheiro norte-americano F.W.Taylor¹². Isto não se deu num contexto casual, pois era efetivamente sua intenção

¹¹ “Durante a Segunda Revolução Industrial (1840/1895) o processo de industrialização se alastrou da Grã-Bretanha para vários países, promovida por um aprimoramento dos meios de transporte e pela abundância de capital na Inglaterra, ávido por ser investido. Provido do comércio colonial em expansão, do contrabando, do tráfico de escravos, da agricultura e da produção manufatureira, o capital britânico encontrou nas estradas de ferro escoadouro natural. Alavancando os lucros com a explosão das comunicações e transações internas e externas facilitadas pela nova rede de transporte, a industrialização na Grã-Bretanha atingiu seu auge.” (FERREIRA; REIS; PEREIRA, 2002, p.14)

¹² “Os principais estudos deste engenheiro americano considerado ‘pai da Organização Científica do Trabalho’, datam das primeiras décadas deste século [séc.XX], inclusive o mais famoso: *Princípios da Administração Científica*, amplamente difundido e utilizado ainda hoje as empresas e escolas de Administração empresarial. Como o próprio título indica, neste livro o autor expõe suas teorias sobre a racionalização do processo de

promover a gestão de modo científico. Não por acaso, assim é reconhecida a primeira abordagem da TGA (Administração Científica), sendo Taylor o seu fundador. Ou seja, “Frederick Winslow Taylor foi o iniciador da eficiência industrial, sendo chamado, com inteira justiça, o ‘Pai da Organização Científica do Trabalho’, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento industrial do século XX” (GERENCER In TAYLOR, 1995, p. 9).

A abordagem científica de Taylor tem como objetivo último estudar os meios para ampliar a produtividade. Assim, se Adam Smith identifica a produtividade como consequência da divisão social do trabalho, o autor norte-americano irá estudar os meios de intensificar a produtividade num claro contexto onde o ser humano atuará como aspecto acessório à evolução tecnológica, o que contribuirá na minimização da ação humana no cumprimento das etapas que cabe a cada tarefa na divisão social do trabalho.

O autor Idalberto Chiavenato identifica a relação histórica da produção teórica entre o fundador da ciência econômica com aquele que deu início à abordagem da administração, visando critérios científicos:

Em seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, Adam Smith apregoa que a origem da riqueza das nações reside na divisão do trabalho e na especialização das tarefas, preconizando o estudo dos tempos e movimentos que, mais tarde, Taylor e Gilbreth iriam desenvolver como base da Administração Científica. Smith reforçou a importância do planejamento e da organização na Administração. De maneira impressionante, Smith identificou o problema potencial da produção em massa. (CHIAVENATO, 2001, p. 42)

O ponto de partida dos estudos está ligado a uma situação que se reflete no cotidiano das economias capitalista. Trata-se do seguinte: o aumento de produtividade é algo positivo em relação à redução de custos de produção. Entretanto, implica uma menor quantidade de trabalho humano para realizar a mesma tarefa, o que define uma situação de potencial redução de emprego. Ao menos a princípio, esta situação já era percebida pelos trabalhadores. A narrativa de Pavel Gerencer, reportando-se ao final do século XIX, é esclarecedora:

Naquela época estava em moda o sistema de pagamento por peça. Naturalmente, a base para fixar a tarefa se prestava para uma série de subterfúgios. Se os patrões procuravam ganhar o máximo na hora de fixar o preço da tarefa, os trabalhadores procuravam ganhar, ao fazer parecer que não se podia produzir mais do que certo número de peças por dia. Os operários, em seu conjunto, planejavam os trabalhos que deviam ser executados e estabeleciam o ritmo para máquina, que correspondia mais ou menos a um terço da razoável produção diária. Todo novo trabalhador, ao

trabalho, ilustradas pelos numerosos estudos e experiências que realizou na oficina, e fornece vários dados sobre sua própria bibliografia.” (RAGO & MOREIRA, 2003, pp. 14/15)

ingressar na fábrica, era instruído pelos companheiros sobre a sua função o trabalho que devia fazer e advertido de que, se não obedecesse a essas instruções, seria substituído em pouco tempo. As instruções a esse respeito, sobretudo nos tempos de desemprego, quando os empregados consideravam um dever de solidariedade produzir o menos possível, para que não faltasse trabalho. (GERENCER IN TAYLOR, 1995, p.11)

Foi em torno desta percepção que Taylor constituiu sua proposta de ‘método científico’, conforme nos esclarecem os autores Luzia M. Rago e Eduardo F.P. Moreira:

[...na] obstinação produtivista de Taylor [...] Este via na ‘indolência’ voluntária dos trabalhadores a origem de todos os problemas da sociedade americana, inclusive os da própria miséria do proletariado. Sua ilusão consistia em acreditar que uma maior produtividade do trabalho iria trazer ganhos maiores tanto para patrões quanto para os operários, para os quais os ganhos seriam representados nos salários maiores e nos prêmios de produção. Taylor iria viver uma série de conflitos com os trabalhadores sob o seu comando na tentativa muitas vezes inglória de convencê-los a trabalharem mais depressa e a aumentarem a produção. (RAGO & MOREIRA, 2003, p.17)

A professora Eunice Lacava Kwasnicka, a respeito do tema acima exposto, afirma que Taylor, ao buscar a solução da questão, tem por objetivo:

Resolver o problema dos salários, porque verificou que no sistema de pagamento por dia de trabalho os homens logo concluíam que não havia nenhuma vantagem, para eles, em trabalhar arduamente, e diminuía a produção em virtude de seus desejos de evitar cortes. Consequentemente, ele argumentava que, se a administração soubesse quanto tempo o homem levaria para completar o seu trabalho, essa informação eliminaria a necessidade de cortes. Em outras palavras, se a administração pudesse estabelecer padrões de desempenho fixos, o trabalhador seria forçado a fazer um ‘bom dia de trabalho’ para receber salários razoáveis. Além disso, a exata determinação científica da velocidade em que um trabalho poderia ser feito seria o meio de resolver o problema. (KWASNICKA, 2004, p.32)

A mesma autora (IDEM) ainda nos proporciona esclarecimentos sobre o que havia de essencial, pelo menos a princípio, nos métodos proposto por Taylor:

Esses métodos eram: um estudo do tempo-base e a introdução de padrões diferenciais. Resumidamente, o estudo de tempo-base era um meio de obter um tempo-padrão, adicionado os tempos unitários requeridos por ações individuais que, agregadas, comporiam o trabalho todo. Em essência, concebeu um método para a fixação prévia e precisa de um padrão de desempenho, o que permitiria a extensão do sistema para o trabalho não repetitivo. [...] Taylor projetou um esquema de pagamento de pagamento por peça pelo qual uma baixa remuneração por peça era paga para uma pequena produção e remuneração mais altas por peça, para produções maiores, [pretendia] por meio desse sistema, diminuir os ganhos daqueles que não atingissem os padrões; o efeito foi o pagamento de salários substancialmente

mais altos aos bons trabalhadores. Além disso, foi assegurado aos trabalhadores que, se eles mantivessem o ritmo especificamente de trabalho, seus salários nunca seriam cortados.

De modo geral, a estruturação de Taylor em busca de intensificar a produtividade se apoia nas seguintes idéias, propostas no livro ‘Gestão Empresarial: De Taylor aos Nossos Dias’:

o tempo padrão, o trabalhador deve atingir no mínimo a produção-padrão estabelecida pela gerência [...], o plano de incentivo salarial, a remuneração dos funcionários deve ser proporcional ao número de unidades produzidas, [...], trabalho em conjunto, os interesses dos funcionários (altos salários) e da administração (baixos salários) podem ser conciliados, através da busca do maior grau de eficiência e produtividade, [...] gerentes planejam, operários executam, [...] divisão de trabalho, uma tarefa deve ser dividida no maior número possível de subtarefas, [...] supervisão, [...] especializada por áreas [...],e ênfase na eficiência, existe uma única maneira certa de executar uma tarefa (the best way) (FERREIRA; REIS; PEREIRA, 2002, pp.15/16)

Em síntese, Taylor, na busca do aumento de produtividade, haverá de intensificar o processo de divisão do trabalho. Sua importância é tal que alguns autores usam o termo *taylorismo*, que pode assim ser definido:

Método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho ‘economizando tempo’, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo; o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante. (RAGO & MOREIRA, 2003, p.10)

Sendo alguém que foi construindo o seu conhecimento nos desafios do trabalho, Taylor acabou por ter noção do potencial efetivo do maquinário tecnológico¹³, assim como da condição de miséria dos operários. Neste sentido, tenta colocar em prática o preceito teórico liberal de que a ação individual do empreendedor cria, automaticamente, o benefício social proposto por Adam Smith. Neste caso, a tentativa de harmonização do norte-americano será direcionada a ações práticas de busca de interesse comum, distante do contexto idealista do escocês.

Retomando o desenvolvimento histórico para seguir neste estudo, sabemos que o antigo artesão acaba por não mais dominar o processo produtivo, que acaba sob o domínio do dono do capital. Resta a este, numa economia de mercado, vender a sua força de trabalho.

¹³ Taylor se caracterizava por produzir estudos experimentais, “fez o estudo do movimento como parte de sua técnica de estudo dos tempos. Preocupou-se mais com os materiais e ferramentas e instalações, em relação com o aperfeiçoamento dos métodos. Ficou para Gilbreth o desenvolvimento do estudo dos movimentos, tal como é conhecido atualmente.” (GERENCER In TAYLOR, 1995, p. 14)

Num primeiro momento a manufatura, depois a maquinofatura, num estágio que implicará as seguintes circunstâncias:

São os gerentes que treinam os operários para trabalharem como os novos métodos. São eles que explicam, auxiliam, encorajam cada trabalhador individualmente, ao mesmo tempo que controlam a produção de cada um a fim de recompensar monetariamente aqueles que seguiram corretamente as normas de trabalho impostas. Por outro lado, são também eles que decidem pela dispensa daqueles operários cuja ignorância e preconceito impedem de perceber as vantagens das normas científicas do trabalho para ambas as partes. (RAGO & MOREIRA, 2003, p.14)

A abordagem liderada por Taylor denominada como ‘científica’ terá como principal objetivo o aumento de produtividade. Porém, dentro de uma visão de baixo para cima na estrutura organizacional, ou seja, a partir da linha de produção para os níveis gerenciais, haverá uma linha complementar desenvolvida na Europa e liderada por outro engenheiro, Henry Fayol, que o fará de modo diverso, de cima para baixo, denominada de ‘abordagem clássica’, e na concepção de alguns autores congregará o denominado fayolrismo. A importância desta outra linha é no sentido de complementaridade quanto à visão da organização. No que tange os objetivos de Fayol, Kwasnicka assim esclarece:

Ao contrário de Taylor, que começou no nível operacional de uma organização (oficinas), Fayol trabalhou nos níveis organizacionais de cúpula administrativa, buscando uma definição das responsabilidades em todos os níveis organizacionais. [...] estava principalmente preocupado com a função administrativa da direção, pois sentia que a habilidade administrativa era a mais importante que se requeria da direção da companhia. Como resultado, conclui que há necessidade definida e possibilidade de ensinar administração. (KWASNICKA, 2004, p.37)

A proposta de Fayol, segundo Chiavenato, define o ato de administrar como: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar, assim explicados:

Prever: visualizar o futuro e traçar o programa de ação. [...] Organizar: constituir o duplo organismo material e social da empresa. [...] Comandar: dirigir e orientar o pessoal. [...] Coordenar: ligar, unir, harmonizar todos os atos e todos os esforços coletivos. [...] Controlar: verificar que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas. [...] Esses são os elementos da Administração que constituem o chamado processo administrativo. (CHIAVENATO, 2001, p.93)

Não existe confronto, mas complementação das abordagens, científica de Taylor e a clássica de Fayol, com a primeira, atuando em como aumentar a produtividade via setor operacional, enquanto a outra, de como atingir o mesmo o objetivo via setor administrativo.

Em realidade, tratam das partes que compõem uma organização, sendo que a conquista da produtividade será alçada a partir da interatividade de ambas.

Completando este conjunto teórico em busca do acréscimo de produtividade, cabe um olhar atento aos princípios burocráticos propostos por Max Weber, que em sua essência propõem o formalismo e a impessoalidade, o que completa a visão de produtividade onde o fator humano surge como elemento secundário no que se refere à sua subjetividade e arbítrio psíquico e, conseqüentemente, às suas relações sociais dentro da organização, ou seja, o fator humano é visto como um mero fornecedor de trabalho.

No que se refere à abordagem burocrática, podem-se resumir as seguintes prescrições por ela propostas: o homem organizacional, no sentido de ter uma personalidade flexível que lhe permita desempenhar diferentes tarefas, além de ter resistência às frustrações inerentes às rotinas das organizações. Para tanto, devem-se adotar critérios tanto para seleção dos futuros empregados, como outros para promoção daqueles que forem contratados. A ideia não é reconhecer a complexidade do ser humano, mas sim enquadrar aquele que trabalha às funções inerentes a cada cargo.

Trata-se do exercício do critério de racionalidade que defende a ideia de eficiência, ou seja, encontrar a melhor maneira pra se fazer uma tarefa. No que tange a estrutura organizacional, propõe divisão de trabalho e hierarquia, num caso específico, à tarefa de cada um; noutro garante a disciplina, o que por seu lado se ajusta ao conceito de autoridade e poder.

Esta será a ideia preponderante quanto ao incremento de produtividade até pelo menos os anos 30, quando então, por motivações históricas que implicaram a evolução das relações sociais, dentro da dinâmica de um contexto político e econômico se chegará ao reconhecimento de outros fatores que implicam a atuação sobre a evolução e controle da produtividade. Tratam-se dos fatores motivacionais: uma nova abordagem que veio se acrescentar aos métodos de gestão: a escola das relações humanas, depois seguida pela evolução do comportamentalismo (behaviorismo).

O surgimento desta nova abordagem estará vinculado ao contexto das críticas formuladas em torno das anteriores, tais como “superespecialização do operário, visão microscópica do homem, ausência de comprovação científica, limitação do campo de aplicação, o fato de ser prescritiva e normativa” (KWASNICKA, 2003, p.40), inerente ao taylorismo. No caso do fayolrismo, por ser uma “abordagem bastante simplificada, quase em termos de ‘manual do administrador’, consideração de que o homem não é influenciado pelo

processo de trabalho; visão da empresa como máquina [e] falta de estudos mais profundos sobre a confiabilidade das descobertas”.(IDEM, p.52).

Por fim, no que tange as críticas aos aspectos da abordagem burocrática, tais como: a limitação da espontaneidade, despersonalização dos relacionamentos, substituição de objetivos e metas a serem atingidas pelas normas prescritivas, potencial conflito de relações por conta da inflexibilidade funcional determinística. Em síntese, o foco central da crítica é a inflexibilidade, que limita a capacidade de mudança, engessa o potencial dinâmico da organização.

A mudança de foco da nova abordagem visa a enfrentar questões tais como:

Conformismo: [...] o pensamento organizacional de hierarquia às vezes transforma em cópias-carbono atitudes, opiniões e comportamentos da alta administração. Objetivos obscuros: [...] seguir ao pé da letra as regras e os procedimentos da organização pode tornar-se tão importante para seus membros que eles perdem a noção da razão disso. [...] Crescimento descontrolado: [...] pode ser justificado com base no aumento de produtividade. Rigidez: alguns elementos solidificados dentro da organização – linhas de autoridade, regras de trabalho – adaptam-se para dificultar mudanças circunstanciais. Especialização: [...] provoca um aumento dos problemas de comunicação e coordenação. Perda de motivação: quanto mais rotineira é a organização, por meio de regras e padrões, menor a oportunidade de novas idéias e iniciativas. (IDEM, pp.75/76)

Neste sentido, ao longo dos anos 30 se desenvolverá uma outra linha de abordagem visando à gestão iniciada com a evolução da denominada Escola de Relações Humanas, passando pela Escola Comportamental (Behaviorismo), onde os aspectos psicológicos e sociais do fator trabalho passaram a ser valorizados como meio de se buscar maior produtividade. Idalberto Chiavenato denomina esta visão de Abordagem Humanística, o que é uma evolução conceitual no desenvolvimento da TGA, vendo o ser humano sob novo olhar:

A transferência da ênfase antes colocada na tarefa (pela Administração Científica) e na estrutura da organização (pela Teoria Clássica) para a ênfase nas pessoas que trabalham ou que participam nas organizações. Com a Abordagem Humanística, a preocupação como a organização formal e os princípios de Administração cedem lugar para o foco nos aspectos psicológicos e sociológicos. (CHIAVENATO, 2001, p.113)

Tais mudanças estão ligadas ao contexto histórico. É assim que, no pós-Crise de 1929, se tem a seguinte situação:

A busca de uma maior eficiência nas empresas exigiu a reconsideração e aspirações dos elementos humanos na organização. A humanização dos conceitos administrativos se apresentou como mais adequada às novas exigências. Paralelamente, desenvolveram-se vários campos das ciências

humanas, que permitiam compreender melhor o funcionamento da psicologia do trabalhador. (FERREIRA, REIS, PEREIRA, 2002, p.26)

Os autores anteriormente citados ainda indicam como principais características das Relações Humanas: buscar a integração e estudar os comportamentos sociais, propor a participação do fator trabalho nas decisões, buscar dar conteúdo às operações produtivas, no sentido evitar a sua banalização em movimentos repetitivos, ir além dos aspectos da eleição da aptidão biológica do trabalhador, mas entender seus aspectos psíquicos e seus reflexos nas relações sociais estabelecidas. (IDEM, 2002, pp. 27/28)

Em contrapartida, os mesmos autores identificam como os principais pontos críticos desta Escola: a negação do conflito entre empresa e trabalhadores, o que expressa certa superficialidade no tratamento da questão, na sua ânsia de substituir a percepção *homem econômico*, preponderante até então, pela nova visão de *homem social*. Mesmo se apoiando em estudos empíricos, acabou contaminada pelo aspecto opositivo a visão clássica, de modo a supervalorizar alguns aspectos, criando uma concepção utópica sobre o trabalhador. Dentro deste quadro, ao identificar os grupos informais, acabou por dar ênfase excessiva a tal aspecto. (IDEM, 2002, pp. 31/32)

No mais, embora tivesse como proposta a harmonização do ambiente, não há como deixar de observar uma instrumentação visando à manipulação que, vantajosa ao gestor, para o fator trabalho atuaria como espécie de espionagem na busca de antecipar insatisfações. O aspecto mais sentido no que tange a gestão em si é que não propunha instrumentos práticos neste sentido específico, ou seja, embora tenha valorizado o fator trabalho, acabou por tratar com certo descuido a gestão do fator capital.

Quanto aos comportamentalistas, esclarece Eunice Lacava Kwasnicka que os estudos humanos nas organizações são feitos em três níveis: individual, grupos e nos complexos organizacionais. Como resultado desta abordagem, as principais contribuições se deram no processo de tomada de decisões, na revisão do conceito de autoridade, com uma nova visão da intervenção da liderança no processo administrativo, do aprofundamento do estudo nos aspectos motivacionais cuja influência se dá não só por conta do perfil psíquico, mas também decorrente das relações sociais. Neste sentido destaque-se o estudo dos grupos. (KWASNICKA, 2003, pp.102/103)

Sem descuidar de outros fatores, é importante ter em mente que: “produtividade depende de aspectos comportamentais humanos e, principalmente, da cultura inerente a cada organização. O humano faz diferença, devendo ser seriamente levado em conta” (HALLGREN & MESSIAS).

O consultor do SEBRAE, Julio Tadeu Alencar, segue a mesma linha de raciocínio: “desenvolver um ambiente de trabalho harmônico, investindo na formação básica e na qualificação profissional de seus funcionários” (ALENCAR), e destaca, em artigo, a importância da qualidade dos colaboradores em uma organização:

Não se pode imaginar uma empresa que atenda aos requisitos de qualidade, sem que seus produtos e serviços sejam produzidos e entregues por pessoas treinadas e motivadas para tal. O desempenho, e os esforços dos colaboradores, determinam a percepção que o cliente tem sobre a qualidade do produto/serviço. Empresas com colaboradores de altos níveis de qualidade, produzem produtos e serviços de qualidade superior, resultando em clientes. (IDEM)

Assim, o que se tem após toda esta evolução é que a atuação sobre a produtividade não é exclusiva da gestão do fator capital ou do fator trabalho. Está, sim, ligada ao aprofundamento dos estudos em torno das influências de ambos, assim como daquilo que atua sobre os mesmos. Diante de um problema, quanto à produtividade, deve-se analisar onde está o problema para então se planejar a solução adequada.

De modo conclusivo, Paulo Roberto Raymundo mostra a necessidade da interação das abordagens visando à busca da expansão da produtividade:

a opção pela produtividade da gerência científica, a ênfase na estrutura da teoria clássica e o espírito paternalista da Escola de Relações Humanas deixam de ser fins em si mesmos para se constituírem em fatores de uma dimensão maior: consecução dos objetivos traçados. (RAYMUNDO, 2000, p. 24)

É neste sentido que, partindo do surgimento da Contabilidade como método de mensuração patrimonial, permitiu-se quantificar a organização, seguindo pela fundação da Economia, basicamente em torno do estudo da essência da produtividade, chegando à Administração, que primeiro se aprofunda neste estudo tendo por base o fator capital e sua evolução, acrescentando os aspectos do fator trabalho, para concluir a necessidade de gestão sobre ambos os fatores como meio de se buscar a evolução da produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do proposto, eis uma análise nos planos histórico e teórico em torno do conceito de produtividade, tomando por base a construção dos três ramos do conhecimento segundo a metodologia científica em relação às ciências humanas aplicadas: a Contabilidade, a Economia e a Administração.

A primeira constatação é que tais ciências surgiram por conta das questões pragmáticas, tendo por pano de fundo a evolução do modo de produção capitalista, mas absorvendo em sua constituição a metodologia científica que encontra suas origens ainda no Renascimento, e sua efetiva consolidação na Idade Moderna.

A linha condutora do estudo foi a produtividade. Assim, partindo de seu conceito mais simples se produziu a pesquisa histórica e teórica, tendo tal tema como objeto de reflexão.

Uma segunda constatação é que o surgimento de tais segmentos específicos do conhecimento estão claramente associados a momentos históricos. Assim, a Contabilidade surge como uma das respostas à retomada do comércio no período renascentista pós-feudalismo, decorrente da evolução do comércio internacional, ainda quando da dominação da rota do mediterrâneo pelos italianos. O comércio via mediterrâneo precedeu a expansão que se deu via a rota atlântica alternativa dos ibéricos.

Este período histórico é denominado por algumas abordagens econômicas como do capitalismo comercial, enquanto para outras como da acumulação primitiva. Seja como for foi desenvolvido em torno do comércio, que propiciou na sequência histórica o capitalismo industrial, ou o modo de produção capitalista, associado à atividade industrial.

De modo mais simples, pode-se definir produtividade como uma medida que expressa a produção a partir da aplicação de determinado recurso. Dessa forma, dispendo-se a inventar tal instrumento haveria, primeiramente, que se desenvolver um método de mensuração da produção. Ora, conforme vimos acima, no primeiro momento do período, segmento para este estudo, a atividade preponderante é o comércio, e por conta disto se faz necessário um método adequado para mensurar seus fluxos e o patrimônio eventualmente acumulado.

Assim, embora a Contabilidade não tenha surgido diretamente associada à produtividade no seu sentido mais simples, ela teria que surgir como método que possibilitasse as mensurações em torno das quais se faria possível calcular e produzir as séries evolutivas da produtividade. Este já não é o caso da Economia. Inaugurada em torno da Primeira Revolução Industrial, acaba por ter como seu problema primaz as razões que levavam à produtividade, quando então se identificou como questão-chave a divisão social do

trabalho, onde o método de produção dividido em tarefas parciais potenciava a capacidade produtiva da unidade de trabalho humano, de tal forma que mais do que o aspecto tecnológico, identificou-se como primeiro grande salto produtivo a organização social do trabalho.

A descoberta da Economia não foi contestada, mas a evolução do capitalismo se fez associada à concentração de capital que, num primeiro momento, implicou o acirramento da concorrência, e que se utilizou da evolução da ciência e seus reflexos na evolução tecnológica como instrumento diferencial na disputa de mercado, levando à segunda revolução industrial, esta sim sofrendo grande influência do aspecto tecnológico que, por seu lado, refletia a concentração de capital que limitava o mercado a quem tivesse recursos para adquirir as valorizadas máquinas.

É neste escopo, onde já se explora a produtividade do fator trabalho e do fator capital, é que se busca um novo nível de produtividade que passa pela gestão dos fatores produtivos. É o momento do surgimento da Administração; trata-se do desafio de otimizar a alocação dos fatores na busca de maior produtividade. É nesse sentido que a divisão social do trabalho será retomada como estudo no aprofundamento da fragmentação do método produtivo em etapas parciais. Num primeiro momento se trata da visão taylorista associada à linha de produção. Depois, complementada pela visão fayolista no plano específico da administração.

É o cientificismo que transforma o fator trabalho em assessor do fator capital. O ser humano é visto apenas a partir da sua ação produtiva, deixando de lado seus aspectos subjetivos inerentes à espécie humana. Será no calor da crise de 1929 e seus reflexos nos anos seguintes que o fator humano, caracterizado pelo arbítrio da sua vontade em contraposição à objetividade mecânica das máquinas, passará a ser visto com maior atenção. Trata-se das escolas de relações humanas, e depois das dos comportamentalistas que refletem uma evolução na ciência da gestão, antes dominadas pelos engenheiros, que passarão a receber a contribuição dos psicólogos e sociólogos.

Ou seja, enquanto que para se obter o funcionamento das máquinas em si se faz suficiente a energia e a manutenção, a ideia de que o salário e eventuais adicionais fossem suficientes para conduzir o fator trabalho iam sendo questionadas, passavam-se a estudar os aspectos motivacionais associados aos desejos humanos, assim como os seus vínculos sociais. Em que pese, num primeiro momento, haver espécie de contraposição dos fatores produtivos, como se um valesse mais do que o outro e vice-versa, o que se observou no desenvolvimento subsequente foi a interação de ambos na busca de maior produtividade.

Cabe ainda destacar que o conceito de produtividade tende a ser visto de forma cada vez mais amplo. E neste sentido há que se ter em mente que no transcorrer dos anos 30 a evolução da teoria econômica trouxe a visão intervencionista em contraposição ao liberalismo anterior, identificadas as variáveis macroeconômicas. E a sua quantificação, através da evolução da contabilidade, para os níveis dos grandes agregados permitiram nova instrumentalização da Administração, agora também no plano público, passando a atuar de modo complementar ao setor privado, na função do estado combater os desequilíbrios do mercado. Nos dias atuais pode se pensar em produtividade social.

Assim, se produtividade foi conceito que surgiu nas unidades produtivas, ou seja, no espaço microeconômico, a tendência atual é observá-la não apenas de modo específico, mas no plano sistêmico, e da sociedade como um todo. Ou seja, a visão conceitual de hoje é que: “produtividade é a interação de diversas condições organizacionais, que só adquirem significado quando se transformam em fonte de bem-estar empresarial, organizacional e social!” (HALLGREN & MESSIAS)

Neste sentido não se pode pensar o conceito de produtividade de modo restrito, conforme o consultor do SEBRAE, Julio Tadeu Alencar, deixa muito claro no seguinte parágrafo:

Não podemos confundir produtividade com corte de despesas e de pessoas. Especialmente o corte de pessoas, caso aconteça, resulta em aumento de trabalho para quem fica, prejudicando, com certeza, a qualidade do produto ou serviço prestado pela empresa. Devemos encarar produtividade pelo seu conceito mais amplo, ou seja, procedimentos que garantam os resultados esperados pelos seus clientes. (ALENCAR)

Ou seja, não deve observar a questão da produtividade de modo isolado dentro da organização, de forma que sempre se deve avaliar:

O quanto uma ação isolada, para aumento de produtividade, interfere em outro indicador, e como eles juntos afetam o desempenho do negócio. Aumentar a produtividade pura em uma fábrica, ou seja, fazer mais em menos tempo, pode gerar um significativo estoque de produtos acabados, consumos de matérias-primas que deve ser coerente com a produtividade de vendas, caso contrário só resultou em "encalhe"! Então, será fundamental entender a justaposição das produtividades de cada área, comparativamente, aos propósitos do negócio. (HALLGREN & MESSIAS)

A direção adotada pela administração na abordagem da Teoria da Contingência parece ser a adequação das variantes da busca da produtividade. Esta propõe a utilização das várias

abordagens, adequando-as aos problemas diagnosticados. Esclarece sua amplitude o professor Idalberto Chiavenato:

A Teoria da Contingência enfatiza que não há nada de absoluto nas organizações ou na teoria administrativa. Tudo é relativo. Tudo depende. Existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas necessárias para o alcance eficaz dos objetivos da organização. (CHIAVENATO, 2001, p.355)

Esta mudança de abordagem se associa à evolução observada na Teoria Geral da Administração, no que tange os conceitos de eficiência e eficácia, o que implica uma transposição de uma visão da organização como sistema fechado, voltado exclusivamente à ordenação dos aspectos da produção, para uma nova abordagem desta como sistema aberto, onde o fator de ponderação passa ser cada vez mais o objetivo a ser atingido. Portanto, a produção associada à meta, numa valorização contínua da satisfação das necessidades do consumidor.

No plano da unidade produtiva, uma empresa: "‘eficaz e sólida é a que explora plenamente sua produtividade’, não importando seu faturamento, quantidade de clientes, produto, número de funcionários ou segmento de atuação”(HALLGREN & MESSIAS). Bastaria substituir os termos ‘empresa’ por ‘nação’, ‘faturamento’ por ‘renda’, ‘clientes e funcionários’ por ‘cidadãos’, ‘produto’ por ‘produção’, e se chegaria a uma visão de produtividade para a sociedade como um todo.

Importância do fator motivacional, algo a ser destacado, novamente citando o consultor Júlio Tadeu Alencar, de forma conclusiva:

Como esses colaboradores são o recurso mais valioso que a empresa possui, torna-se imperativo motivá-los a darem o melhor de si. Cabe à gerência, convencê-los de que não é apenas a empresa que se beneficiará se eles fizerem um bom trabalho, mas que os benefícios advindos deste serão ainda maiores para cada um. (ALENCAR)

Novamente substituindo-se os termos ‘organização empresa’ pela ‘instituição estado’ teríamos que uma cidadania participativa; seria benvinda em termos de acréscimo de produtividade do país como um todo. Caberia, neste caso, ao gestor público motivar os vários aspectos da vida civil. É sempre importante ter em mente a relação entre instituição e indivíduos, pois: “o clima organizacional atua ora como causa, ora como efeito nos resultados de produtividade” (HALLGREN & MESSIAS). Isto vale para os integrantes de uma empresa; parece ser o segredo para se pensar em relação aos cidadãos e ao Estado.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, B.S., História da Filosofia: São Paulo, Nova Cultural, 1999.

ALENCAR, J.T., Aumentar a produtividade, diminuir custos, mantendo a qualidade sem alterar os preços. Isso é possível?, Site SEBRAE-SP http://www.sebraesp.com.br/midiateca/publicacoes/artigos/produtividade/aumentar_produtividade. Acesso: 07/08/2009

ARAUJO, C. R. V., História do Pensamento Econômico: São Paulo, Editora Atlas, 2006.

BARRACLOUGH, G., Introdução à História Contemporânea, 4ª Edição: Rio Janeiro, Editora Zahar, 1976.

BÊRNI, D.A., (Coordenador), Técnicas de Pesquisa em Economia, São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CHIAVENATO, I., Teoria Geral da Administração, Volume 1, 6ª. Edição: São Paulo, Editora Elsevier, 2001.

_____, Teoria Geral da Administração, Volume 2, 6ª. Edição: São Paulo, Editora Elsevier, 2001.

FAYOL, H. Administração Industrial e Geral, 10ª. Edição: São Paulo, Editora Atlas, 1994.

FERREIRA, A.A.; REIS, A.C.F.; PEREIRA, M.I., Gestão Empresarial – De Taylor aos Nossos Dias: São Paulo, Editora Thomson, 2002.

KWASNICKA, E.L., Introdução à Administração, 6ª Edição: São Paulo, Editora Atlas, 2004.

LENIN, V. , Imperialismo Fase Superior do Capitalismo, 2ª. Edição: São Paulo, Editora Global, 1982.

MAXIMIANO, A.C.A., Teoria Geral da Administração, 5ª Edição: São Paulo, Editora Atlas, 2005.

MONTELLA, M., Economia, Administração Contemporânea e Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 2006.

HALLGREN A. & MESSIAS R. M., Produtividade? Sua importância, sua avaliação, Site SEBRAE/SP,

http://www.sebraesp.com.br/midiateca/publicacoes/artigos/produtividade/produtividade_importancia_avaliacao . Acesso: 07/07/2009.

HOBSBAWM, E.J., Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

HUBERMAN, L., História da Riqueza do Homem: Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981.

RAGO, L.M. & MOREIRA, E.F.P., O que é Taylorismo, 10ª. é Taylorismo, 10ª Reimpressão: São Paulo, Editora Brasiliense, 2003.

RAYMUNDO, P.R., O Que é Administração, 4ª Reimpressão, São Paulo, Editora Brasiliense, 2000.

TAYLOR, F., Princípios de Administração Científica, São Paulo: Editora Atlas, 1995